



COMO ESTÁ CABO DELGADO? WEBINAR 2: ECONOMIA POLÍTICA DOS RECURSOS NATURAIS

Integrado no ciclo de webinars sobre o tema “Como está Cabo Delgado?”, registou-se no dia 14 de Julho o segundo encontro, sobre o tema “Economia Política dos Recursos Naturais”, contando com a presença de João Mosca, Edson Cortez e Daniel Ribeiro. Participaram 40 interessados.

Na economia global, assiste-se a um renovado interesse na produção de gás, entendido como uma fonte energética de transição, enquanto se investiga sobre formas de energia renováveis, economicamente viáveis. Neste cenário, os corredores energéticos e de transporte no Canal de Moçambique apresentam-se numa encruzilhada de interesses internacionais.

Perante as expectativas de receitas oriundas da exploração de gás, assiste-se a um aumento do investimento na indústria extractiva, acompanhado da compra de equipamentos militares, em cenários repletos de corrupção e de aumento da dívida externa, aumento da pobreza, em particular nas zonas de exploração.

Consolida-se uma economia extractiva e extrovertida com secundarização do tecido produtivo e do mercado interno, sem ligações com o tecido económico local e dependente da oscilação dos preços nos mercados internacionais. A situação agrava-se pelo facto de Moçambique não possuir capacidade para investir e influenciar a cadeia de valor do gás, nomeadamente o processo de liquefacção, transporte e distribuição, que se localizam nos países desenvolvidos. Ignoram-se outros sectores económicos, como a agricultura ou a agro-transformação, afunilando sectorialmente a economia em prejuízo de um desenvolvimento mais endógeno, integrado e competitivo, e secundarizando os factores que mais reduzem a pobreza e as desigualdades. A dívida externa aumenta a curto prazo e, a longo prazo, as receitas servirão, em parte, para o pagamento dos compromissos contraídos a curto prazo. O investimento na indústria extractiva em capital intensivo é pouco gerador de emprego, produz elementos de conflitualidade política e social, onde são manipuladas as diferenças étnicas, religiosas e outras, assentes em realidades históricas, agravando a possibilidade de desenvolvimento económico e social.

O acesso ao Estado constitui uma condição para acumulação das elites no poder estruturadas em alianças assentes em famílias, partidárias e étnicas, que vão oscilando em função da mudança de governação. O desenvolvimento de uma economia extractiva criou fortes expectativas em termos de distribuição de rendas em torno da economia do gás. O aumento da presença do Estado em Cabo Delgado, uma província historicamente

marginalizada e marcada pela pobreza e exclusão social, traduziu-se num aumento da conflitualidade, predominando a convicção de que quem ganha com o processo são os estrangeiros e indivíduos do Sul. A situação é agravada pelo facto de o Estado defender os interesses de empresas multinacionais e não os interesses das populações, como, por exemplo, na atribuição de terras e nos reassentamentos populacionais, ou na protecção militar dos investimentos.

Em cenários de maior penetração do capital e da indústria extractiva, em particular, emergem pequenos conflitos que, só não atingem maiores proporções, em virtude da existência de um défice de cidadania participativa, nomeadamente de acesso à informação, de escolarização, de capacidade de organização, ou em virtude da capacidade repressiva do Estado. Estes aspectos, internos e externos, conduzem à fragilização do Estado, já de si com reduzida capacidade técnica e humana para conceber um sistema proteccionista dos interesses nacionais, em termos de jurídicos, fiscais ou ambientais.

Sugere-se que as pesquisas, o debate e as acções de advocacia a diferentes níveis, estudem:

(1) o modelo de desenvolvimento, com vista a diversificar a economia, promover o desenvolvimento da agricultura e da agro-indústria, do turismo, das pescas e da economia ambiental, configurando corredores de desenvolvimento da costa (porto de Pemba) para Niassa e ao longo da costa, apoiando a constituição de pequenos negócios e a geração de empregos, promovendo uma integração dos mercados nacionais e uma diminuição das assimetrias regionais;

(2) os interesses relacionados com as economias mundiais, europeias, americanas e asiáticas, considerando os interesses no Índico, com estratégias de intervenção de longo prazo em várias áreas económicas. Estes países, crescentes consumidores de alimentos, energia e matérias-primas, procurarão deslocalizar as suas actividades para África, com o objectivo de despoluir as suas indústrias, beneficiar de mão-de-obra barata e ganhar vantagens nos mercados da Europa e américas devido à proximidade geográfica.